

**Em honra do 50° ANIVERSÁRIO
DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA:
Forjando a identidade de antropóloga***

Claudia Fonseca, UFRGS
17/06/2005

É uma honra estar com vocês festejando os 50 anos da Associação Brasileira de Antropologia. A série de eventos organizados pela ABA em todo Brasil, junto com a exposição aqui na UFRGS de fotos e textos preparada por NAVISUAL (sob a coordenação de Professora Cornelia Eckert), serve como momento ritual para sublinhar a importância desse patrimônio “imaterial” que as gerações mais velhas estão legando para os novos antropólogos do país. Fico duplamente honrada de estar nesta mesa com ícones da antropologia brasileira, o professor Sílvio Coelho dos Santos com quem tive o privilégio de uma colaboração intensiva durante sua presidência na ABA; o professor Schmitz que, trinta anos atrás, quando eu recém estava iniciando minha carreira na UFRGS, me deixava assistir como ouvinte a suas brilhantes aulas de teoria antropológica; o professor Salzano que, para mim, dá esperança para encontrar o elo perdido entre a dimensão social e as dimensões física e genética de nossa disciplina; e, finalmente, nosso querido professor Bernardo, representante desta nova geração de antropologia, com toda sua criatividade e dinâmica próprias, de cabeça para o futuro, mas com apreço do passado (ver Lewgoy e Prado 1997)..

Depois de ouvir meus colegas de mesa falar sobre a história da antropologia aqui no Sul, confesso que me sinto um pouco como uma “adoção tardia”, ou um daqueles clones da ficção científica -- uma criatura que já nasce velha -- porque não passei minha juventude no Brasil. Não compartilhei da época pioneira quando estavam forjando a antropologia brasileira, ensaiando os primeiros passos da ABA. Só cheguei a tempo para lucrar dos frutos do trabalho de colegas como Prof. Schmitz, Prof. Sílvio e Prof. Salzano, Entretanto, como os demais colegas, vou manter o tom de depoimento, pois creio que a história de como eu, gringa da turma de '68, cheguei aqui também revela algo da antropologia no Brasil (que não é, e nunca foi exclusivamente “endógena”).

Minha chegada no Brasil foi ligada aos acontecimentos políticos da época. Era 1977, 1978, anos da reabertura democrática. Era casada com um jornalista brasileiro, ex-militante do movimento estudantil, que tinha saído do país em 1967, no auge da ditadura – mas sempre com o projeto de voltar tão logo quanto possível. Eu também me considerava “auto-exilada” da guerra de Viet Nam dos EUA. Morávamos em Paris ganhando a vida do jeito que dava. Meu marido trabalhava numa biblioteca e eu ganhava a vida dando aula num colégio internacional, de literatura inglesa e norte-americana para jovens anglófonos. Era uma época

* In *Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos* (C. Eckert e E. P. Godoi, orgs.). Blumenau: Nova Letra. Pp. 235-245, 2006.

próspera na França (conhecida por historiadores como “les trente [années] glorieuses” da pós-guerra), de emprego farto e garantias sociais em abundância. Tinha me encontrado naquele contexto pós-68 e, depois de sete anos batalhando para conseguir o emprego, alojamento e amigos que queria, não estava pronta para sair “tão cedo”.

Entretanto, meu marido, como tantos outros brasileiros que conhecemos lá, nunca tinha tirado o olho da política brasileira. Quando chegou a “reabertura”, bateu vontade de voltar para participar do processo e me persuadiu que tínhamos que vir. Decidi então que, se tivesse que abrir mão de Paris, queria ganhar algo em troca -- uma carreira interessante -- quem sabe, uma carreira universitária, já que tinha Mestrado. Onde começar? Fui no consulado em Paris (era nos Champs Elysées) onde encontrei um livro de endereços de universidades brasileiras. Escolhi 10 (nem lembro mais como -- pois José não conhecia Brasil muito mais do que eu) e escrevi 10 cartas propondo meus serviços como professora de Antropologia. Claro, as cartas estavam num português impecável (adivinhem quem escreveu!) e, sem dúvida, eu dizia, ou pelo menos deixava subentender, que falava bem português, (falava nada!). Eu devo ter dito também que eu tinha doutorado praticamente terminado, porque em Paris, na filosofia da educação permanente, todo mundo que tem vontade de pensar intelectualmente se inscrevia no doutorado em algum lugar, inclusive para ter carteira de estudante. Mas ainda não tinha nem começado a pesquisa de campo.

Então mandei essas dez cartas endereçadas para o “Chefe do Departamento de Antropologia” de dez universidades. Claro, da grande maioria deles, nunca tive resposta. Acho que veio um “não” bem-educado de Bahia, e professor Silvio (que não conhecia na época e que, sem dúvida, já esqueceu há muito tempo dessa carta) me deu um retorno cordial, dizendo algo como “seu c.v. é muito interessante, fique em contato, mas por enquanto não temos vagas”. Mas (milagre!) veio do Rio Grande do Sul uma resposta positiva: conseguimos uma vaga de professora visitante para você! Ruben Oliven e Sergio Teixeira tinham botado as cabeças juntas com o então chefe do departamento, Roberto Fachin, na conclusão “nós queremos”. Essa história é incrível para os jovens de hoje, que vivem um contexto tão saturado de bons candidatos disponíveis. Mas naquela época ainda não existiam tantos antropólogos diplomados. Meu Mestrado (que não era nem em Antropologia) bastava para me qualificar como “bom candidato”. Conseguiram uma vaga para mim sem me conhecer, supondo que eu falava bem português e que eu tinha um doutorado quase pronto. Assim, no primeiro de março 1978, chegamos -- meu marido, dois filhos pequenos e eu -- em Porto Alegre para aguardar o início do ano letivo.

De fato, tinha muita coisa acontecendo na UFRGS que não suspeitava. Sei agora que o pequeno grupo de antropólogos daqui tinha resolvido ver a área crescer. Assim, os membros do Setor que iniciaram suas carreiras docentes com apenas o título de Bacharel, tinham todos feito Mestrado, Doutorado ou Livre Docência durante os anos 70. Ainda mais, Sergio e Ruben estavam empenhados em reforçar o contingente de antropólogos sociais, com interesse particular pela análise comparativa. Sérgio tinha grande interesse pela África, dava aulas sobre aquele continente, tendo inclusive realizado uma missão de estudos de dois meses em Angola. Apesar de não possuir um diploma em Antropologia, eu tinha trabalhado como assistente de pesquisa etnográfica em Palau (Micronésia), realizado pesquisa (para meu Mestrado) em Taiwan, e trabalhado como etnóloga da UNESCO em Alto

Volta (hoje, Burkina Faso na África Ocidental). Acho que foi essa combinação de projeto institucional e prezo pela experiência etnográfica que levaram meus colegas a passar longas horas de burocracia para efetivar a chegada na UFRGS desta *gringa* desconhecida.

Já em Porto Alegre, passados dois meses de negociação com a Polícia Federal, consegui permissão para trabalhar no país e assumi minhas funções de docente, dando três, senão quatro disciplinas por semestre. Lembro que logo no início me deram, como uma das primeiras disciplinas, “Etnografia e Etnologia no Brasil”. Era fantástico. O quê que eu sabia do Brasil? Mas todo mundo ajudava com recomendações – Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Roberto Cardoso de Oliveira, Silvio Coelho dos Santos... Lia os textos na véspera das aulas, e fui aprendendo horrores. Sobrevivi a essa época graças a colegas muito solidários. Tenho que render homenagem, em particular, a duas grandes mulheres que trabalhavam comigo na graduação desde sempre: a Maria Noemi Castilhos Brito, cujo nome nós ouvimos diversas vezes hoje, e a Daisy Barcellos. Dividíamos uma mesma sala (nós e mais dois) no então novo IFCH e trocávamos constantemente idéias sobre ensino, em particular, na graduação. Tinha um certo consenso -- os homens, que eram um pouco mais diplomados, cuidavam das coisas da pós e era a mulherada que estava empenhada mesmo no ensino da graduação. Em grande medida são Noemi e Daisy que deram essa linda e fantástica safra de jovens antropólogos que tem hoje, que seduziram os bons alunos logo no início de suas trajetórias na universidade.

Sobrevivi graças à solidariedade e inspiração desses colegas e, por outro lado, graças aos estudantes. (Sempre digo que dar aula é um exercício de sado-masochismo. A gente apanha, mas no fundo gostamos!) Naquela época, eu lembro bem, os estudantes eram *muito* questionadores. Todo mundo nas ciências sociais era da oposição, então todo mundo era marxista... Mas já que os antropólogos tinham essa tendência a ser “livres pensadores”, eles tinham maior tolerância com teorias alternativas, mesmo quando as ouviam de uma *gringa* que mal falava português e era suspeita de ser agente da CIA. Aprendi muito com os estudantes daquela época, era realmente uma aprendizagem mútua. Creio que, na UFRGS, essa tradição de troca amistosa entre professores e estudantes continua até hoje (principalmente nos Núcleos). Em todo caso, era enorme o “input” daquela geração que viria a nos primar com tantos grandes antropólogos – inclusive a atual presidente da ABA.

Acho importante, depois de ter lembrado algo do contexto geral daquela época, sublinhar o processo de socialização pelo qual passei no Brasil – e que forjou minha identidade de antropóloga. Veremos, nessa história como a identidade de antropólogo tem uma dimensão transnacional, local e também nacional. (Não é essa a lição que aprendemos com os mestres? : que, nesse negócio de identidade, tem múltiplas camadas.) Mas não devemos esquecer nosso objetivo final: frisar a importância da ABA como articulador dessas diversas dimensões.

Para iniciar essa segunda parte de minha apresentação, proponho fazer uma rápida comparação “intercultural”. Fiz meus estudos de graduação nos Estados Unidos e, lá, ninguém sai da universidade dizendo “eu sou antropólogo” ou “eu sou sociólogo”. No meu caso era menos provável ainda, já que meu diploma de graduação era em letras e meu mestrado em “Estudos Orientais”. Claro que estava namorando a antropologia há muito tempo – experiência etnográfica realmente não

faltava. Digamos que já sentia grandes afinidades com a área, mas não estava ainda sedimentada a identidade de antropóloga. Jamais dizia para as pessoas “eu sou antropóloga”. Não esperava necessariamente fazer carreira nesse campo. (Na França, no início sem carteira de trabalho, tinha trabalhado em qualquer coisa -- babá, secretária, distribuindo propaganda na rua – e não considerava essas atividades como “desvio” de um projeto profissional último.)

Entretanto, uma coisa curiosa ocorreu quando cheguei aqui. Ao re-descobrir meu lado de antropóloga, fui reconhecendo certa dimensão transcultural dessa identidade. Quando cheguei aqui, “migrante” e absolutamente estrangeira, mesmo assim, sentia algo muito familiar no ambiente ao meu redor. Hoje eu poderia atribuir essa identificação a uma formação teórica, de Malinowski e companhia, que era comum aos antropólogos no hemisfério norte e no hemisfério sul. Mas creio que ia muito além disso. O perfil dos colegas e estudantes de antropologia – e o que os diferenciava de seus colegas de outras áreas – me lembrava muito meus anos na universidade americana. Pode ser que a própria experiência de campo exija um determinado tipo de personalidade. Parafraseando Geertz (1988), não é qualquer um que aceita se tocar numa jangada para o alto mar. Lá ou aqui, eu encontrava personagens originais, que não se espantavam facilmente com situações não-convencionais. Confirmava minha “teoria nativa” de que as pessoas que passam meses no meio do mato ficam elas mesmas um pouco “bicho do mato”. A gente se reconhecia, apesar das idiossincrasias nacionais.

Mas, como qualquer jogo identitário, tinha diversos “sites” de identificação ao longo de minha trajetória. Também fui me descobrindo gaúcha e integrante da UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. De fato, a institucionalização de antropologia, através do crescimento do programa de pós-graduação foi fundamental nessa história (ver Oliven 2004 para mais sobre esse processo no Brasil como um todo). Eu tinha chegado a tempo para participar da terceira edição do Curso de Especialização em Antropologia Social (1978), usando minha experiência na UNESCO como alavanca para pensar uma disciplina sobre Antropologia Aplicada. O ano seguinte, meus colegas tomaram a decisão de entrar no Mestrado já existente, junto com Política e Sociologia, agregando Antropologia ao título do programa. Sergio Teixeira, lembrando que, na época, o nosso Setor incluía apenas um doutor, dois livres docentes, dois mestres e um doutorando, resume bem a ousadia do empreendimento: “a disposição de implantar um curso de mestrado contando com esta massa crítica continha lá seus componentes de temeridade” (1997: 295).

Deixando a maior parte do trabalho burocrático aos meus colegas mais “seniors”, eu fui em frente aproveitando ao máximo as inovações acadêmicas. Lembro que passei a assistir algumas aulas de Prof. Schmitz sobre teoria antropológica e pegava carona com os estudantes de pós que tomavam eles mesmos a iniciativa de organizar “tópicos especiais” sobre assuntos interessantes. Assim que passei a estudar Freud com um professor emérito de psiquiatria, e assim que tive meus primeiros contatos com livros recém saídos da editoria, *Cultura e Razão Prática* (de Sahlins), por exemplo. Eu não dava as aulas, eu estudava junto com os estudantes. Aquelas primeiras turmas tinham uma energia impressionante. Numa época quando ainda não havia bolsas, os estudantes conseguiam combinar emprego com as exigências do Programa. São esses estudantes que, quatro ou cinco anos depois de receber o Mestrado conosco, voltaram (dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra...) com título de Doutor e faziam concurso, passando a

engrossar nossas fileiras. Assim, em 1986, o Mestrado em Antropologia Social declarou sua independência das outras áreas e em 91, abrimos o Curso de Doutorado. Mal dá para crer tudo que aconteceu nesse intervalo. Hoje, nosso PPG tem titulados esparramados por todo o Brasil (147 mestres, 22 doutores) além de um sem número de convênios internacionais (com Espanha, Holanda, Canadá, os Estados Unidos...).

Mas ainda devo passar além do contexto local para sublinhar a fundamental importância das reuniões bianuais da ABA na consolidação do campo. Minha primeira reunião foi (creio eu) no Rio, onde ainda estava apresentando dados da África. Lembro que eu não tinha muita escolha se ia ou não. Ruben e Sergio pegavam todo mundo em mão e incentivava essa inserção nas redes nacionais. Tendo ou não financiamento (naquela época todos nós viajavamos de ônibus – uma média de 20 a 30 horas para chegar no destino), dávamos um jeito de participar dos GTs, de escutar e ser escutados por colegas de outros cantos do Brasil. Aliás, creio que faz parte de nosso *ethos* lidar bem com condições austeras. Lembro, no início dos anos 90, ter ouvido de Roque Laraia, o então presidente da ABA, que não teria grande financiamento para a reunião em Belo Horizonte. Porém, ele insistia que, nem que fossemos todos dormir nos dormitórios estudantis, ia ser um sucesso. E assim, até as reuniões profissionais acabavam se constituindo em uma espécie de *happening* -- ou, em termos antropológicos, um rito cíclico – onde, entre longas horas de viagem, moradias coletivas e (é claro) o momento culminante do baile, suspendíamos a rotina diária para subir um processo de socialização coletiva. Como havia de ser, estávamos orgulhosos de nossa disposição de “tudo enfrentar” (hábito adquirido na experiência “de campo”), e fazíamos a distinção entre a antropologia e outras áreas, acostumadas (como nas reuniões da ANPOCS) com os confortos mundanos.

Antes da intensificação da avaliação CAPES (ver Fonseca 2002), a rivalidade entre programas ficava em segundo plano e alianças inter-institucionais se estabeleciam com certa espontaneidade conforme os interesses dos pesquisadores. Com a consolidação dos diferentes programas, esse ambiente quase caseiro das reuniões foi se modificando. Havia produção demais para os antropólogos se contentarem com uma reunião de dois em dois anos. Em 1987, tivemos em Florianópolis a primeira reunião da “ABA-Sul”, dinâmica bianual que desembocou (a partir de 1995) nas reuniões de Antropologia Mercosul, e pouco tempo depois iniciaram as reuniões da ABA-Norte. Não somente os congressos regionais proliferaram, criando novos focos de discussão, mas a inserção internacional de antropólogos brasileiros aumentou astronômica (ver Fry 2004). Nos anos 80 e início dos anos 90, ainda travávamos programas com a França e os USA para “fortalecer a pós-graduação no Brasil” (importando professores de lá e exportando estudantes de cá). Nos últimos dez anos, o fluxo foi invertido: acadêmicos brasileiros são cada vez mais convidados para emprestar seu peso político e intelectual a cursos de pós-graduação na Europa, nos Estados Unidos e o resto da América Latina. E, por outro lado, recebem cada vez mais acadêmicos estrangeiros – não simplesmente pesquisadores que querem estudar a flora e a fauna locais, mas estudantes que vêm beber na fonte da antropologia brasileira.

De novo, a ABA tem sido fundamental nessa era de expansão da antropologia brasileira. Quanto mais o cenário se complexificava, menos era possível depender de táticas “espontâneas” de articulação inter-interinstitucional e mais a ABA se tornava indispensável para a coordenação de atividades profissionais no país.

Entretanto, da mesma forma que, até assumir a coordenação do PPGAS, eu não imaginava o quanto meus colegas, Ruben e Sérgio, estavam investindo energias no crescimento do Programa, da mesma forma, até assumir com Secretária-Geral da ABA, eu ignorava o enorme esforço que essa Associação fazia para promover a antropologia brasileira. Foi naqueles dois anos (1992-1994), trabalhando como secretária-geral sob a presidência de Silvio Coelho dos Santos, que passei a conhecer de perto o espírito -- de solidariedade e engajamento -- que rege a Associação. Creio que as qualidades dessa diretoria (que incluía Cecília Helm e Luis Roberto Cardoso de Oliveira), de grande disposição pelo trabalho coletivo, junto com uma hábil diplomacia, carinho e idoneidade, se repetem nas sucessivas gestões, explicando o sucesso da associação e, em parte, da própria antropologia brasileira.

Quero insistir nesse ponto. Temos hoje no Brasil a terceira maior associação de antropólogos no mundo. Perdemos apenas aos Estados Unidos e ao Japão. A antropologia brasileira comanda um tremendo respeito no exterior, inclusive exercendo liderança em certos setores da vida acadêmica internacional. Esse sucesso é devido em parte à alta qualidade da produção científica, da excelência de professores individuais, mas não é só... Por brilhante que seja, o trabalho dos indivíduos não basta para criar essa reputação da antropologia brasileira. Tem que ter, além de indivíduos brilhantes, um trabalho organizado, institucional por trás dessa produção. Tem sido essa a atividade discreta mas constante das diretorias da ABA, definindo posturas éticas e dando visibilidade à nossa antropologia em debates políticos dentro do país, travando diálogos e se impondo no cenário acadêmico mundial. É o exemplo perfeito de como a coletividade é mais, bem mais do que simplesmente a soma dos indivíduos. E, assim, a ABA foi conquistando um espaço invejável, para nós, no cenário acadêmico internacional.

Para terminar, volto a dizer que forjei, sim, a identidade de antropóloga. Não sei quando aconteceu -- graças a muitos de vocês que estão aqui nessa sala, há bastante tempo que eu me chamo antropóloga, e com muito orgulho. Tenho plena consciência do tom ufanista dessa minha fala, mas há justificção de sobra. Justamente hoje, nessa época de turbulência política, quando estamos sendo sacudidos por tantas dúvidas sobre a ética dos que dirigem o país, parece-me que a academia fornece um exemplo, uma esperança pelo menos, de uma certa meritocracia onde os que entram no sistema têm a possibilidade não somente de participar, mas -- com trabalho e competência -- de subir na hierarquia. Temos relativa confiança, acreditamos no debate intelectual, temos também ambições individuais, sem falar nas múltiplas frentes de engajamento político. Tudo isso, sem deixar de ser um espaço lúdico onde a gente adora rir e não tem medo de curtir a vida. Dá para ver, afinal, que não me arrependo ter abandonado Paris "por uma carreira interessante". Tive êxito nesse projeto, mas fui ajudada ao longo do caminho -- pela conjuntura institucional (consolidação de pós-graduação no Brasil) e pela própria Associação Brasileira de Antropologia. Se, por uma vez, suspendi hoje meu espírito crítico (para não dizer impicante) para festejar os 50 anos da ABA, é para assim agradecer a antropologia brasileira por ter me acolhido e por ter me dado uma identidade.

REFERENCIAS CITADAS:

- Fonseca, Claudia. 2002: "Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista do nativo", *Horizontes Antropológicos* 16: 261-275.
- Fry, Peter. 2004. "Internacionalização da disciplina". In *O campo da Antropologia no Brasil* (W. Trajano Filho e Gustavo L Ribeiro, orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- GEERTZ, C. 1988. "Anti anti-relativismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 8(3): 5 - 19.
- Lewgoy, Bernardo e Eduardo Bettiol Prado. 1997. "Notas para a história da antropologia no Rio Grande do Sul (1940-1969)". *Horizontes Antropológicos* 7: 239-251.
- Oliven, Ruben. 2004. "A reprodução da antropologia no Brasil". In *O campo da Antropologia no Brasil* (W. Trajano Filho e Gustavo L Ribeiro, orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Teixeira, Sérgio Alves. 1997. "Depoimento sobre minha vivência na antropologia da UFRGS". *Horizontes Antropológicos* 7: 276-314.